

Modulo III: Acessibilidade e inclusão sociocultural



Organização/Coordenação/Revisão

Suzy Santos

Palestrantes

Allan Cunha

Jorginho Mota

Julio Bueno

Lara Souto

Mayara Maia

Mayara Massa

Rafael Lopes

Vitória Sousa

Revisão

Tiago Cavalcante Guerra

Design capa e infográfico

Sara Uliana

Publicação

AAPAH - Associação dos Amigos do Patrimônio Histórico de Guarulhos

Equipe AAPAH

Artur do Valle, Bruno Leite de Carvalho, Carlos Alberto Pereira, Cristiano Silva, Diogo Leite de Carvalho, Elmi El Hage Omar, Ellen Taís Santana, Evanir Penna, Júlio Bueno, Kamila Resende, Larissa Lucindo Fernandes, Lionel Fontanesi, Mário Cabral, Sara da Silva Uliana, Suzy Santos, Peterson Mendes Paulino, Tiago Guerra e Vanessa Freitas Vicente.

Conselho Diretor AAPAH – Biênio 24/26

Peterson Mendes Paulino (Diretor Geral); Larissa Lucindo Fernandes (Diretora Adjunto); Vanessa Freitas Vicente (Diretora administrativa)



1ª Edição, Guarulhos, 2025

ISBN: 978-65-987095-1-8

<https://aapah.org.br/>

2025

Curso Patrimônio Cultural:
Resistências, diversidades e conexões

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIOCULTURAL
- MÓDULO III -

Sumário

Introdução	1
Matriz Curricular	2
Procedimentos didático-metodológicos	2
Instrumentos de Avaliação	2
1. Introdução à Acessibilidade, Inclusão Sociocultural e Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência	3
2. Acessibilidade Atitudinal e Acessibilidade pelo viés das Identidades Culturais	16
3. Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional.....	24
4. Acessibilidade Metodológica, Sensorial, Educacional e Instrumental	33
5. Acessibilidade em Espaços Culturais	37
Referências e indicações de leituras	38

Introdução

O terceiro módulo do curso **Patrimônio Cultural: Resistências, Diversidades e Conexões**, intitulado **"Acessibilidade e Inclusão Sociocultural"**, coordenado por Suzy Santos e Tiago Guerra, propõe uma abordagem introdutória e ampliada sobre diversidade e o acesso seguro e autônomo a espaços culturais e tecnologias. O módulo discute a inclusão como receptividade e acolhimento de todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, intelectuais e psicossociais, considerando a intersecção com identidades raciais, de gênero, culturais e sociais.

38 acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população brasileira é de 210,3 milhões de pessoas, incluindo 14,4 milhões de pessoas com deficiência (PcD), o que representa 7% da população. Além disso, 2,4 milhões de brasileiros são diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em maio de 2025, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados preliminares sobre o perfil sociodemográfico e educacional desses grupos. A publicação é crucial por evidenciar a percepção, compartilhada por especialistas e pelas próprias PcD e pessoas com TEA, de que esses grupos estão em maior risco de exclusão social, tornando urgente a garantia de seus direitos. O terceiro módulo e esta apostila foram elaborados com um olhar especial para o nosso município, onde 6% da população tem alguma deficiência e 1,4% têm TEA. É notável que o maior grupo sociocultural com deficiência é o indígena (15,2%), quase metade das PcD não completaram o Ensino Fundamental e 13,3% não são alfabetizadas.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 e outras legislações, como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, garantirem direitos como educação, saúde e acessibilidade, as violações persistem. A percepção atual é de que o problema não reside na falta de leis, mas na ausência de conhecimento e na implementação efetiva das legislações. Além disso, é necessária uma mudança cultural que priorize a "relação entre corpos múltiplos" e as diversas "realidades corporais" em nossas interações sociais.

A AAPAH embarca nessa iniciativa, reconhecendo suas próprias limitações e atitudes capacitistas. A formação foi criada para aprofundar a reflexão sobre diversidade, informar sobre a realidade de grupos excluídos de espaços culturais e das tecnologias de informação, incentivar a desconstrução do capacitismo e promover o diálogo entre profissionais sobre como eliminar barreiras.

Esta apostila, de autoria coletiva, reúne dados e referências, mas a centralidade do curso está nos diálogos e interações com palestrantes essenciais. A visita técnica ao Museu do Futebol servirá como uma imersão em uma instituição que se destaca na promoção da acessibilidade no campo museal.

Este é um primeiro passo, pensado com muito respeito, responsabilidade e afeto. É o início de um processo de transformação em estruturas culturais, patrimoniais, museais e educacionais para que se tornem espaços verdadeiramente acessíveis e inclusivos.



Matriz Curricular

Semana	Data	Componente curricular	Carga Horária	Teórica / Prática
1	20/09/2025	Introdução à Acessibilidade, Inclusão Sociocultural e Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência * Instituições convidadas: Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Guarulhos, representada pela Subsecretária Mayara Maia; Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, representada pelo Técnico Allan Cunha.	3h30	Teórica
2	27/09/2025	Acessibilidade Atitudinal e Acessibilidade pelo viés das Identidades Culturais * Pessoas convidadas: Mayara Massa e Rafael Lopes, representando o coletivo Autistas Alvinegros	3h30	Teórica
3	04/10/2025	Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional * Pessoas convidadas: Silvia Arruda e Daniel Ferreira	3h30	Teórica
4	11/10/2025	Acessibilidade Metodológica, Sensorial, Educacional e Instrumental * Pessoas convidadas: Vitória Sousa e Lara Souto	3h30	Teórica
5	18/10/2025	Acessibilidade em Espaços Culturais * Visita ao Museu do Futebol	3h30	Teórica

Procedimentos didático-metodológicos

O curso está organizado a partir dos seguintes recursos didático-metodológicos:

- Apostila teórica contendo o material de leitura e o planejamento das 5 semanas de curso;
- Aulas expositivas e visita a Museu;
- Material de estudo complementar: vídeos, artigos e outros materiais de referência.

Instrumentos de Avaliação

Os instrumentos para a avaliação do envolvimento e desempenho das pessoas participantes serão:

- Frequência de 75%;
- Participação e feedback com autoavaliação.

Espera-se um ambiente respeitoso e dialógico para a realização da formação.

1. Introdução à Acessibilidade, Inclusão Sociocultural e Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) define **DEFICIÊNCIA** no 2º parágrafo do 1º Artigo como [...] “o resultado da interação entre pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e barreiras atitudinais e ambientais que podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Essa definição desloca a deficiência das pessoas para a interação destas com outras pessoas e espaços, ou seja, o que caracteriza a deficiência é a existência de impedimento de longo prazo que, associado às barreiras do ambiente (físicas, comunicacionais, atitudinais), restringe a participação plena da pessoa em sociedade.

Os **modelos teóricos da deficiência** são diferentes formas de compreender o que é a deficiência, suas causas, implicações e o papel da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Cada modelo reflete um contexto histórico, social e político distinto, influenciando políticas públicas, práticas de saúde, educação e inclusão.

MODELO	CONCEITO	FOCO	CRÍTICA
1.Médico/Biomédico	Deficiência como problema individual causado por limitação física, mental ou sensorial	Diagnóstico, tratamento, reabilitação	Desconsidera fatores sociais e ambientais que limitam participação
2.Social	Deficiência surge da interação entre limitações da pessoa e barreiras sociais/ambientais	Remover barreiras para inclusão plena	Pouco foco nas necessidades médicas individuais
3.Direitos Humanos	Deficiência como questão de direitos humanos	Garantia de igualdade, dignidade e participação	Implementação depende de políticas públicas efetivas
4.Reabilitador	Deficiência deve ser “corrigida” ou compensada	Terapias, adaptação e recuperação funcional	Pode reforçar ideia de que a pessoa precisa se “adaptar” à sociedade
5.Econômico	Deficiência vista em termos de produtividade e capacidade de trabalho	Inclusão no mercado de trabalho, redução de dependência econômica	Reduz a pessoa à sua função econômica, ignorando direitos sociais/culturais

6.Cultural	Deficiência como parte da diversidade humana e identidade cultural	Valorização das diferenças e representações culturais	Nem sempre aborda necessidades de saúde
7.Holístico/Integrativo	Combina elementos dos modelos médico, social, cultural e de direitos humanos	Abordagem completa: limitações individuais, barreiras sociais, identidade e direitos	Pode ser complexo de implementar em políticas públicas ou práticas educativas

* Com base em diversos autores (ver referências).

Já o **CAPACITISMO** é descrito por (Anahí Guedes de Mello (citada por Claudio Rubino, 2024) como “[...] a discriminação ou violências praticadas contra as pessoas com deficiência. É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo, discriminam-se pessoas com deficiência. Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de trabalhar, de frequentar uma escola de ensino regular, de frequentar uma universidade, de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia.”

Direito à Cultura

Com base na Declaração Universal da Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), podemos definir **CULTURA** como um conjunto de hábitos, costumes, práticas, linguagens, crenças, valores, conhecimentos, artefatos e formas de expressão compartilhados por um grupo social, que orientam comportamentos, organizam a vida em sociedade, definem identidades e são transmitidos de geração em geração.

A perspectiva da **DIVERSIDADE CULTURAL** observa os sujeitos que conformam as **identidades culturais**, e busca adotar uma postura ética e respeitosa frente às culturas observadas, sem julgamentos e em perspectiva. Não se trata apenas de um valor simbólico. Se propõe a garantir os **DIREITOS HUMANOS** e liberdades fundamentais de cada indivíduo e comunidade, e contribuir com o desenvolvimento intelectual, afetivo, moral, espiritual e econômico das sociedades plurais.

Reconhecer, valorizar e proteger a **DIVERSIDADE CULTURAL** é garantir que diferentes formas de expressão e modos de vida possam **COEXISTIR**, se compreender e se desenvolver, de modo a promover uma convivência democrática e pacífica.

Para que compreendamos a importância dessa discussão, é fundamental termos acesso a alguns dados básicos sobre a população com deficiência em nosso país.

INDICADOR	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM TEA
Quantidade total	14,4 milhões	2,4 milhões
Percentual da população (2 anos ou mais)	7,30%	1,20%
Distribuição por sexo	Mulheres: 8,3 mi (8,1%); Homens: 6,1 mi (6,4%)	Mulheres: 1,0 mi (0,9%); Homens: 1,4 mi (1,5%)
Faixa etária	2–14 anos: 2,2%; 15–59 anos: 5,4%; 70 anos ou mais: 27,5%	0–4 anos: 2,1%; 5–9 anos: 2,6%; 10–14 anos: 1,9%; 15–19 anos: 1,3%
Principais tipos de deficiência	Enxergar: 7,9 mi; Andar/subir degraus: 5,2 mi; Pegar objetos: 2,7 mi; Ouvir: 2,6 mi	—
Taxa de analfabetismo	21,3% (2,9 mi)	—
Conclusão do ensino superior	7,40%	—
Distribuição por região	—	Sudeste: 1 mi; Nordeste: 633 mil; Sul: 348,4 mil; Norte: 202 mil; Centro-Oeste: 180 mil
Distribuição por cor/raça	—	Branco: 1,3% (1,1 mi); Amarelo: 1,2% (10,3 mil); Indígena: 0,9% (11,4 mil)

* Tabela elaborada com base em dados do **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares sobre pessoas com deficiência** (IBGE, 2024).

Considerando que há no Brasil 14,4 milhões (7,3% da população com 2 anos ou mais) de Pessoas com Deficiência (PcD) e 2,4 milhões (1,2% da população com 2 anos ou mais) são pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), questionamos se as instituições culturais e educacionais que atuam em prol da preservação dos patrimônios culturais, tem se dedicado a compreender os hábitos, costumes, práticas, linguagens, crenças, valores, conhecimentos, artefatos e formas de expressão das Pessoas com Deficiência. Quais patrimônios culturais representam esse grupo social?

De acordo com o Dicionário Michaelis (2025), **ACESSO** é um substantivo masculino que pode ter diferentes sentidos, a depender do contexto. Para o contexto que nos interessa, pode significar o ato ou resultado de ingressar (entrar) em um lugar, e à possibilidade de chegar a algum ponto, envolvendo aproximação, movimentação - circulação, passagem ou trânsito. Também pode se relacionar com a maneira de comunicação e/ou relacionamento com outras pessoas, englobando o trato social e a convivência. Interessante notar que, no campo da informática, “acesso” indica o ato ou efeito de acessar, que envolve comunicação com uma unidade de armazenamento, a

internet ou a outro tipo de rede ou sistema. Ou seja, tem a ver com “conexão”.

A **ACESSIBILIDADE** pode ser definida como a condição ou qualidade de tornar possível o acesso pleno, seguro e eficaz a espaços, serviços, informações, tecnologias e relações sociais, de modo que todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais, possam circular, comunicar-se, interagir e participar em igualdade de condições. Envolve a remoção de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas para garantir que o acesso não seja apenas permitido, mas também efetivo e inclusivo.

Já o termo **INCLUSÃO** é apresentado pelo Dicionário Michaelis (2025) como um substantivo feminino que designa o ato ou efeito de incluir. No nosso caso, é a condição ou prática de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais, sejam efetivamente integradas em grupos, espaços, atividades educacionais, culturais, esportivas e sociais, promovendo participação plena, interação, pertencimento e evitando o isolamento ou a exclusão social.



A primeira aula do curso contou com a presença da Subsecretária Mayara Maia, representante da **Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão (SAI)**, da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Guarulhos, e de Allan Cunha, técnico da **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD)**, no âmbito do Governo do Estado de São Paulo.



A imagem, à esquerda da página, mostra Mayara Maia, advogada e Subsecretária de Acessibilidade e Inclusão de Guarulhos, uma mulher autodeclarada branca, sorridente, de cabelos castanhos lisos e longos, vestindo um blazer lilás claro e um colar de metal no pescoço, à mostra. Ela está posicionada diante de um fundo que contém partes de um painel azul e branco com textos e símbolos de acessibilidade. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

* Mayara se apresentou no curso como uma pessoa com autismo.



A imagem, à direita da página, mostra Allan Cunha, fotógrafo, artista Visual, graduado em Fotografia e pós-graduado em Gestão de Projetos Culturais, e produtor de cultura pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, onde atua na elaboração de projetos culturais acessíveis, como exposições, feiras e congressos sobre pautas em torno da temática da pessoa com deficiência no Estado de São Paulo. Allan é um homem autodeclarado branco, com barba cheia e cabelos curtos, castanhos e levemente cacheados. Ele tem expressão séria e está de frente para a câmera. O fundo é claro, com aspecto metálico ou urbano, desfocado. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

* Allan se apresentou como uma pessoa sem deficiência.

Acompanhando a Subsecretária Mayara Maia, o encontro também contou com a presença de Jorginho Mota, ex-vereador do município de Guarulhos (entre 2021 e 2024), que se apresentou como o primeiro parlamentar autista do Brasil, atuando em defesa da inclusão, da acessibilidade e dos direitos das Pessoas com Deficiência.



A imagem, à esquerda da página, mostra Jorginho Mota, um homem autodeclarado negro de pele clara, sentado em uma cadeira de plenário, falando ao microfone. Ele usa óculos arredondados, terno azul, camisa branca e gravata azul clara, e no pescoço usa cordão com o símbolo do quebra-cabeça (símbolo mundial do Transtorno do Espectro Autista - TEA). Está sorrindo e parece envolvido em uma fala ou apresentação. À sua frente há um copo com água e o ambiente tem fundo de madeira. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

* Jorginho se apresentou no curso como uma pessoa autista.

Neste encontro, Mayara Maia apresentou o documento “**Inclusão sem Barreiras**”, um guia prático de acolhimento e atendimento humanizado a Pessoas com Deficiência (PcD), elaborado pela SAI, e Allan apresentou o documento “**Cultura e Acessibilidade**”, elaborado pela SEDPcD. Ambos os palestrantes falaram sobre a importância da **autodescrição** (ou **audiodescrição pessoal**), prática de acessibilidade comunicacional de grande importância, especialmente em contextos educacionais, profissionais e de eventos públicos, que consiste em descrever verbalmente a própria aparência, vestimenta e contexto visual, de forma que pessoas cegas ou com baixa visão possam compreender quem está falando ou se apresentando. Observa-se que, em apresentações em auditórios ou locais amplos, é importante falar fora do microfone, a fim de que as pessoas cegas ou com baixa visão possam saber onde a pessoa palestrante está no ambiente.

A **Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Guarulhos** foi criada pela Lei 7.550/2017 com a missão promover políticas públicas que garantam os direitos humanos para diversos segmentos da sociedade. Em sua estrutura estão vinculadas seis subsecretarias:

- Subsecretaria da Igualdade Racial (SDHSIR);

- Subsecretaria de Políticas da Diversidade (SDHSPD);
- Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SDHSPM);
- Subsecretaria de Políticas para o Idoso (SDHSPI).
- **Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão (SDHSAI); e**
- Subsecretaria da Juventude (SDHSJ);

Dentre as ações desenvolvidas pela Subsecretaria, se destacam dedicadas à promoção da inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência (PCDs); ao combate ao capacitismo, preconceitos, discriminação no cotidiano; e à oferta de serviços de apoio, orientação, formação, inclusão cultural e educacional para PCDs.

Programas e iniciativas desenvolvidas pela SAI:

- **Carteira de Identificação de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)** - Documento gratuito, para assegurar prioridade nos atendimentos em saúde, educação etc.
- **Projeto Práticas Educativas para a Inclusão Social (Peis)** - Voltado especialmente a pessoas com deficiência visual: Braille, soroban (cálculos), orientação e mobilidade etc.
- **Central de Interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) - CIL** - Intérprete de Libras para pessoas surdas, para atendimento em órgãos públicos.
- **Inclusão sem Barreiras** - Ações de sensibilização em empresas, escolas, para conscientizar sobre acessibilidade, acolhimento, tratamento respeitoso.
- **Vans adaptadas** - Transporte adaptado para PCDs, com plataformas elevatórias etc., para facilitar participação em atividades da subsecretaria.
- **Realização de Oficinas culturais** / artísticas (teatro, pintura etc.) para PCDs; eventos de socialização; atividades educacionais.
- Arquiteto disponível para visitar espaços culturais e transmitir orientações sobre acessibilidade arquitetônica.

A **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)**, a primeira do país, instituída por meio da Lei nº 1.038/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 52.841/2008, é um órgão do Governo do Estado de São Paulo que desenvolve ações e articulações para assegurar acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, autistas e neurodivergentes, garantindo acesso a direitos e serviços. Tem como missão atuar pela cidadania plena das pessoas com deficiência. A pasta atua em harmonia com as demais secretarias estaduais e promove ações efetivas e interlocuções ativas com os 645 municípios paulistas.

Programas e iniciativas desenvolvidas pela SEDPcD:

- **Paradesporto**: investimento no esporte de alto nível por meio do Time São Paulo Paralímpico, de base com os Jogos Escolares (JEESP) e as Paralimpíadas Escolares; incentivo ao paradesporto nos municípios com o Programa de Desenvolvimento Paralímpico, voltado a profissionais de educação física, e os **Jogos Paralímpicos do Estado de São Paulo** (Paresp) por meio de seletivas regionais em diversas modalidades. Como principal polo de desenvolvimento do esporte paralímpico do país, o **Centro de Treinamento**

Paralímpico Brasileiro (localizado na Rodovia dos Imigrantes, km 11,5 - Vila Guarani, São Paulo) é referência internacional em acessibilidade e inclusão.

- **Cultura:** O Museu da Inclusão é um projeto cultural que conta a história e trajetória do movimento social no Brasil em linguagem acessível, explorando os diversos sentidos. Anualmente, em dezembro, promove a **Virada Inclusiva**, que mobiliza parcerias em todo o estado com ações que integram pessoas com e sem deficiência em uma semana de atividades de cultura e lazer. Outra iniciativa anual é o **Concurso Moda Inclusiva**, desenvolvido em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), por meio da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que incentiva estilistas a produzirem materiais têxteis voltados a pessoas com deficiência.
- **Trabalho:** Os **PEIs - Polos de Empregabilidade Inclusiva** promovem a inclusão e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, além de dar suporte às empresas e fortalecer as conexões e criando oportunidades reais.
- **Mulheres:** O **Programa TODAS in-Rede** prevê ações de articulação e mobilização regional, garantindo um fluxo de comunicação ágil e protetivo às mulheres com deficiência no Estado de SP.
- **Equoterapia:** Apoio à Equoterapia Inclusiva, um recurso terapêutico eficaz para crianças e jovens com deficiência, e ampliação da oferta com o cadastro de instituições especializadas em todo o estado.
- **Educação:** A **Escola da Inclusão** foi criada para promover educação e capacitação profissional a pessoas com e sem deficiência, com o objetivo de fomentar a inclusão social e econômica, proporcionando oportunidades de aprendizado acessíveis e adaptadas às necessidades de cada pessoa. O projeto, realizada pela SEDPcD em parceria com a **Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp)**, oferece cursos virtuais gratuitos, nos níveis básico, intermediário e avançado, como o Introdução à Libras, além de oficinas, workshops e treinamentos de sensibilização para empresas, utilizando tecnologias assistivas e metodologias inclusivas. Busca criar um ambiente de aprendizado acolhedor, capacitar pessoas com deficiência, sensibilizar a sociedade e contribuir para a inclusão no mercado de trabalho.
- **TEA:** O **Centro de Referência e Apoio para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista** tem o objetivo de articular, qualificar e ampliar o atendimento às pessoas com TEA em todo o estado. No mesmo espaço também está o **Centro de Cidadania da Pessoa com Deficiência**, que amplia a rede de acolhimento para pessoas com deficiência. A **CipTEA** é um documento oficial que auxilia no combate ao preconceito e garante direitos previstos em lei. O Selo de Identificação Veicular identifica veículos que transportam pessoas com TEA, promovendo mais conscientização e respeito.
- **Segurança:** Os **Centros de Apoio Técnico à Pessoa com Deficiência (CAT)**, localizados dentro de delegacias, oferecem atendimento especializado feito por equipes capacitadas para acolher e atender pessoas com deficiência vítimas de violência.
- **Comunicação:** O **Programa São Paulo São Libras** permite que servidores públicos acionem intérpretes de Libras por meio de videochamada para facilitar

a comunicação com pessoas com TEA e deficiência auditiva.

- **Informação:** Os **Centro de Informação à Pessoa com Deficiência** prestam atendimento e orientação às pessoas com deficiência, realizam pequenos consertos em cadeiras de rodas e bengalas e contam com Salas de Acomodação Sensorial para pessoas com TEA.

O debate se desenvolveu a partir das provocações dos materiais, que apresentaram princípios para um atendimento inclusivo, tipos de deficiência, terminologias adequadas para as relações sociais com Pessoas com Deficiência, orientações e mensagens centrais, e programas, projetos, ações e políticas públicas voltadas a Pessoas com Deficiência.

A partir da apresentação das **deficiências visíveis e não visíveis**, formas corretas e incorretas de se referir às pessoas com as deficiências apresentadas, além de materiais de referência consultados, como a LBI (Lei nº 13.146/2015), elaboramos o resumo a seguir:

- **Pessoas com Deficiência (PcD) de modo geral**
 - Dicas de acolhimento:
 - Tratar todas as pessoas com empatia, respeito e naturalidade;
 - Chamar pelo nome, falar diretamente com a pessoa, olhar diretamente para a pessoa e falar de forma calma e pausada;
 - Evitar termos pejorativos e expressões capacitistas;
 - Lembrar que a pessoa com deficiência tem uma história, identidade e direitos, e não deve ser reduzida a um CID (Classificação Internacional de Doenças), diagnóstico ou laudo;
 - Obs.1: Jamais chamar as pessoas sem deficiência de “pessoa normal”.
 - Obs.2: Os termos Pessoa Atípica ou Pessoa Típica estão sendo debatidos na atualidade.
- **Auditiva**
 - Considera-se a perda bilateral, parcial ou total da audição, em graus diferentes. Ex.: pessoas surdas ou com perda auditiva significativa que utilizam Libras, aparelhos auditivos ou implante coclear.
 - Pessoa com surdez total: pode não ler lábios (não adianta gritar);
 - Pessoa surda sinalizada:
 - Geralmente lê lábios;
 - Fala simplificada (objeto, sujeito, verbo) “Pipoca, você, pegar”
 - Responde por sinal (sinaliza e escreve)
 - Pessoa surda oralizada:
 - Fala;
 - Pode não saber/usar Libras;
 - Pode não ter interesse em Libras;
 - Avisa quando não entende;
 - Repete sempre que necessário e também pede para repetir.
 - Dicas de acolhimento:
 - Falar devagar e de frente; não mascar chicletes; usar gestos gentis ao chamar a pessoa, como acenar ou tocar no ombro.
 - A pessoa surda pode não ser alfabetizado em português e nem sempre utiliza Libras.

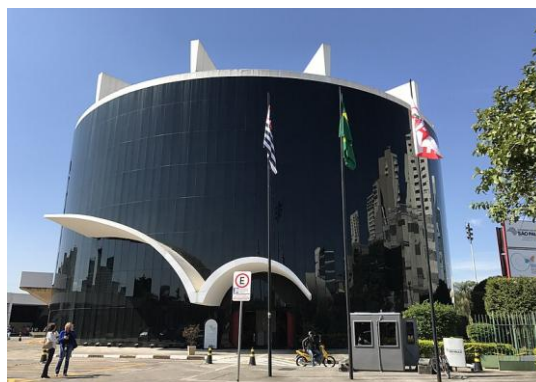
- Sugestão de aplicativos gratuitos de tradução em Libras: Hand Talk (Hugo), VLibras, Rybená (tradutor e voz) e Smal.
- Física
 - Considera-se alterações completas ou parciais em membros ou órgãos que causem limitações de mobilidade, coordenação ou força. Ex.: paraplegia, amputações, paralisia cerebral, nanismo, ostomia, entre outros.
- Intelectual
 - Considera-se limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, afetando habilidades como comunicação, autocuidado e vida social. Ex.: Síndrome de Down, deficiência intelectual leve a profunda.
- Visual
 - Considera-se a perda total da visão (cegueira) ou baixa visão que não pode ser revertida totalmente com óculos ou lentes.
 - Dicas de acolhimento:
 - Identificar-se ao aproximar-se;
 - Fazer sua autodescrição;
 - Oferecer ajuda, perguntando: *“Você precisa de ajuda?”*; *“Como posso te ajudar?”*
 - Evitar gestos ou expressões visuais sem explicação verbal.
- Psicossocial (ou Mental)
 - Considera-se transtornos mentais de longa duração que afetam a vida diária e a participação social. Ex.: esquizofrenia, transtorno bipolar, depressão grave e persistente, entre outros.
- Múltipla
 - Pessoas com mais de uma deficiência.
- Autismo (TEA - Transtorno do Espectro Autista):
 - O TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento, caracterizado por comprometimento na área social e comunicação (verbal e não-verbal), associado a padrões de comportamentos restritos e estereotipados. O diagnóstico é realizado por uma equipe multiprofissional, e apenas um médico especialista pode emitir o laudo. O TEA foi reconhecido legalmente como deficiência pela Lei nº 12.764/2012, também conhecida como **Lei Berenice Piana**, que instituiu a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**.
 - Forma correta: **empatia e paciência**, sem julgamentos sobre comportamento ou aparência.
 - Forma incorreta: não questionar o diagnóstico e não tratar com reprovação.

No âmbito do presente curso, entende-se como fundamental que profissionais e espaços culturais e educacionais, localizados em imóveis tombados ou não, sejam inclusivos e atuem em prol da eliminação de barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas, de modo a promover o acesso seguro, com dignidade e autonomia às

Pessoas com Deficiência, tornando-se referência em ações práticas de empatia, respeito e cidadania, conforme prevê o Artigo 215 da **Constituição Federal do Brasil de 1988**, que estabelece que **o Estado deve garantir a todas as pessoas o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional**, além de apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais; e a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, Lei nº 13.146/2015, também conhecida como **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, que visa assegurar e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos fundamentais e das liberdades da pessoa com deficiência, promovendo a inclusão social e a cidadania no Brasil. A Lei garante o acesso a diversos **direitos**, como saúde, educação, trabalho, moradia e cultura, além de proibir a discriminação e a exclusão, incluindo a necessidade de adaptações razoáveis e **tecnologias assistivas**.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS são **recursos, produtos, equipamentos, dispositivos, metodologias, estratégias, práticas e serviços** que têm como objetivo **promover a funcionalidade, a autonomia e a inclusão** de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, melhorando sua **qualidade de vida e participação social**. Podem incluir desde ferramentas simples, como bengalas e lupas, até sistemas complexos, como softwares de comunicação alternativa ou próteses robotizadas (CAT, 2007).

O **Museu da Inclusão**, vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, inaugurado em **3 de dezembro de 2009**, data em que se celebra o **Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**, foi apresentado, com ênfase nos recursos expográficos que possui, como piso tátil, reproduções de pinturas em alto relevo, audioguias, além de programações culturais e formativas desenvolvidas, em diálogo com acervos que registram histórias de indivíduos e episódios marcantes da luta social e política pelas conquistas de direitos das pessoas com deficiência. O Museu tem a missão de preservar, pesquisar e divulgar a memória desse movimento no estado de São Paulo e suas reverberações em todo o Brasil. Neste ano contou com a exposição “Osmar Santos: Do Rádio às Telas”, que celebrou a vida e a arte do narrador esportivo Osmar Santos.



Museu da Inclusão. Imagem: LeticiaZm, 2017.

A imagem mostra um edifício moderno de formato circular, com fachada de vidro escuro e detalhes arquitetônicos brancos em seu teto e similares a asas de um pássaro sobre a entrada principal. Ao redor do prédio, podem-se ver árvores e construções urbanas ao fundo, e em frente ao prédio, há três mastros com as bandeiras do estado de São Paulo, do Brasil e do município de São Paulo. Na área externa, há uma pequena guarita, placas de sinalização e algumas pessoas e veículos, incluindo uma moto estacionada. O céu está claro e ensolarado.

Em razão da celebração dos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a Virada Inclusiva de 2025, a ser realizada entre 1 e 7 de dezembro, terá como tema **“10 anos da LBI: Direito de ser, viver e protagonizar”**.

Letramento Anticapacitista

Para que possamos interagir com Pessoas com Deficiência com respeito, é fundamental que façamos um **Letramento Anticapacitista**, pois nunca é demais dizer o óbvio: “Brincadeiras capacitistas não são piadas, nem diversão, são formas de *bullying* que ferem e excluem as PcD’s.”

No quadro abaixo, segue algumas expressões que devemos evitar.

TERMO CAPACITISTA	PORQUE EVITAR	ALTERNATIVA ADEQUADA
Aleijado	Reduz a pessoa à sua deficiência física; ofensivo e excludente	Pessoa com deficiência física
Deficiente / Pessoa Deficiente	Reduz a identidade da pessoa à deficiência; não reconhece sua individualidade.	Pessoa com deficiência (linguagem centrada na pessoa).
Cego / Surdo como adjetivo pejorativo; Surdo-mudo; Mudo	Usado de modo insultuoso ou como metáfora negativa; reforça estereótipos.	Evitar comparações; usar “pessoa cega” ou “pessoa surda” apenas quando necessário; preferir “Surdo” (com letra maiúscula)* ou pessoa com deficiência auditiva.
Retardado / retardada	Termo ofensivo e ultrapassado; estigmatiza pessoas com deficiência intelectual.	Pessoa com deficiência intelectual
Manco / Aleijado	Pejorativo, reduz a identidade da pessoa à sua condição física.	Pessoa com dificuldade de mobilidade ou pessoa com deficiência física
“Aquele que baba”, “que usa fralda”		Pessoa com deficiência; não mencionar/abordar por uma característica visível

Especial / normal	Cria hierarquia e reforça a ideia de que pessoas com deficiência não são 'normais'.	Evitar comparações; usar expressões como 'diversidade funcional' ou 'diferenças humanas'.
Portador de...	Implica que a deficiência é algo que se 'carrega' e pode ser 'deixado de lado'; desumaniza.	Pessoa com Deficiência ou Pessoa com [tipo de deficiência]
Inválido	Antigo e depreciativo; sugere que a pessoa não tem valor ou capacidade.	Pessoa com deficiência
Sofre de...	Associa deficiência ao sofrimento ou doença, reforçando a visão negativa.	Pessoa com [tipo de deficiência]
Transtornado / doente mental	Estigmatiza pessoas com deficiência psíquica ou transtornos mentais; transmite conotação de periculosidade.	Pessoa com deficiência mental ou pessoa com transtorno mental, quando pertinente / Pessoa Atípica

* Observa-se que a Comunidade Surda é um grupo social formado por pessoas surdas, familiares, amigos e profissionais que compartilham uma identidade cultural, linguística e social baseada no uso da Língua de Sinais - no Brasil, a **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, reconhecida como língua oficial pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, é o principal meio de comunicação e expressão.

Para a **Comunidade Surda**, ser surdo(a) não é compreendido como uma deficiência, mas como uma forma diferente de experiência humana. Nesse sentido, a comunidade se une por um sentido de pertencimento a uma cultura com práticas, valores e formas próprias de comunicação e expressão. Muitos Surdos(as) se identificam como minoria linguística, não como “pessoas com deficiência”, e a comunidade surda luta pelo direito à educação bilíngue, onde Libras é a primeira língua e o português escrito, a segunda. Há uma grande mobilização por acessibilidade comunicacional, intérpretes de Libras e representatividade em espaços públicos, acadêmicos e midiáticos.

A **Cultura Surda** valoriza a identidade visual, a expressão corporal, o contato visual e o uso do espaço como formas naturais de comunicação. Costuma-se organizar eventos como festivais, encontros e congressos de Surdos/as fortalecem o senso de comunidade.

Contatos:

Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Guarulhos (SAI)

Endereço: Rua Alberto Hinoto Bento, 49, bairro Macedo, Guarulhos/SP
Telefones (11) 2414-3685 e (11) 2422-7376.

Site: <https://portaldireitoshumanos.guarulhos.sp.gov.br/content/secretaria-de-direitos-humanos>

Instagram: @acessibilidadeguarulhos

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito do Governo do Estado de São Paulo (SEDPcD).

Endereço: Av. Mário de Andrade, 564, Portão 10, São Paulo – SP – CEP 01156-001

Telefone: (11) 5212-3700.

Site: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/>

Instagram: @smpedsp



2. Acessibilidade Atitudinal e Acessibilidade pelo viés das Identidades Culturais

A segunda aula do curso contou com a presença da psicóloga e influencer **Mayara Massa** e do profissional autônomo **Rafael Lopes** e do historiador e pesquisador **Júlio Bueno Rosa Neto**, representantes do coletivo **Autistas Alvinegros**. A primeira convidada dedicou sua apresentação sobre o tema **Acessibilidade Atitudinal**, e os segundos convidados em **Acessibilidade pelo viés das Identidades Culturais**.



A imagem, à esquerda da página, mostra Mayara Massa, uma mulher com deficiência física, cadeirante, graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialista em Neonatologia pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, especialista em Psicopatologia Fenomenológica pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, professora acadêmica na graduação em Psicologia na Universidade Anhanguera e ativista dos direitos das pessoas com deficiência. A imagem mostra Mayara, uma mulher autodeclarada branca, sentada em uma cadeira de rodas, usando um vestido longo de cor rosa vibrante e um jaleco branco. Ela está em frente a uma escadaria com portas de madeira escuras ao fundo, sugerindo a entrada de um edifício antigo. Mayara sorri levemente e tem cabelos ruivos compridos e ondulados, caindo sobre o ombro esquerdo. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

Instagram: @mayaramassa

Email: mayara.massa004@gmail.com



A imagem, à esquerda da página, mostra Rafael Lopes, um homem autodeclarado negro, sorridente, em um estádio de futebol. Ele está vestindo uma camisa preta com listras brancas verticais e o escudo do Corinthians estampado no peito. Rafael faz um gesto com a mão mostrando três dedos. Ao fundo, é possível ver as arquibancadas do estádio, parcialmente ocupadas por pessoas. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

* Rafael se apresentou no curso como uma pessoa autista.

Instagram: @autistasalvinegros



A imagem, à esquerda da página, mostra Júlio Bueno Rosa Neto, Graduado em Licenciatura em História pela EFLCH-UNIFESP, Mestrando em História pela PPGH-UNIFESP e bolsista Fapesp. A imagem mostra Júlio, um homem autodeclarado branco, sorrindo com a cabeça voltada para a esquerda, usando óculos, gorro escuro, jaqueta preta e camiseta clara. Ao fundo, há uma parede com azulejos decorativos em padrões azuis e brancos. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

* Júlio se apresentou no curso como uma pessoa autista.

Neste encontro, Mayara Massa apresentou o documento “**Deficiência e Capacitismo**”, que abordou conceitos básicos, modelos e preconceitos relacionados às Pessoas com Deficiência, além de discutir formas de inclusão, e Rafael Lopes e Júlio Bueno apresentaram o documento “**Autistas Alvinegros**”, com uma breve biografia do coletivo.

Por meio de sua apresentação, Mayara Massa explicou como a deficiência deve ser entendida de forma social e não apenas individual. Em consonância com o quadro apresentado no primeiro capítulo, foi pontuado que, historicamente, a deficiência foi compreendida por meio de diferentes modelos: o religioso, que a tratava como punição; o caritativo, que via as pessoas com deficiência como frágeis ou dignas de pena; o biomédico, que focava na cura e culpabilizava o indivíduo; e o modelo social, que entende a deficiência como resultado das barreiras impostas pela sociedade.

A palestrante apresentou a definição de deficiência de acordo com o **Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015)**, onde

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Brasil, 2006)

Houve ampla discussão sobre o termo **capacitismo**, um tipo de discriminação que valoriza apenas corpos considerados “capazes”, tratando pessoas com deficiência como inferiores ou, às vezes, como heróis. Chamou-se atenção para o fato de que ele também se manifesta em expressões comuns que devem ser evitadas, como “retardado”, “mongolóide” ou “que mancada”. E foi reforçado que o termo correto é “pessoa com deficiência”, e o oposto é “pessoa sem deficiência”.

Enquanto professora universitária, a palestrante também chama atenção para o fato de que apenas **6%** das Pessoas com Deficiência concluem o ensino superior, e que as **cotas universitárias** para Pessoas com Deficiência foram as últimas a serem implementadas, por meio da Lei nº 13.409/2016, que altera a Lei nº 12.711/2012, Lei de

Cotas.

No mercado de trabalho, apenas 1% das pessoas empregadas têm deficiência, sendo que muitas empresas contratam apenas por obrigação legal. Reforça-se, contudo, que a inclusão é vantajosa para todas as pessoas, pois empresas diversas são mais criativas, produtivas e compreendem melhor as necessidades da população.

No que se refere aos direitos das Pessoas com Deficiência, ainda há um número enorme de pessoas que sequer conseguem ter acesso à **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, regulamentada pela Lei nº 8.742/1993, que se refere a benefícios previdenciários e assistenciais para Pessoas com Deficiência. O critério de renda familiar do BPC/LOAS, ao condicionar o acesso ao benefício à situação econômica da família, perpetua a dependência e limita a autonomia das PcD's, ignorando que muitas enfrentam custos elevados e barreiras sociais decorrentes da própria deficiência, o que compromete seu direito à dignidade, inclusão, autonomia e participação plena na sociedade.

Combater o capacitismo, na prática, é conviver, interagir e escutar pessoas com deficiência, valorizar, transformar e/ou construir espaços acessíveis, promover a educação inclusiva desde cedo, empregar não por obrigação, mas por consciência, compreendendo que todas as pessoas podem contribuir para o desenvolvimento das empresas e/ou instituições, e consumir conteúdos produzidos por pessoas com deficiência.

A apresentação também indicou personalidades com deficiência, como a artista plástica Frida Kahlo, a farmacêutica e ativista Maria da Penha Maia Fernandes, que inspirou a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), legislação brasileira que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, a ativista ambiental sueca Greta Thunberg, o advogado e ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o cantor Roberto Carlos, além de algumas produções cinematográficas que abordam a temática da deficiência e da inclusão de forma inspiradora:

- **Crip Camp: Revolução pela Inclusão** (*Crip Camp: A Disability Revolution*, 2020)
Direção: Nicole Newnham e James LeBrecht
País: Estados Unidos
Formato: Documentário (Netflix)
Sinopse: Conta a história de um acampamento de verão para jovens com deficiência nos anos 1970 que inspirou um movimento social pelos direitos das pessoas com deficiência nos Estados Unidos.
Duração: 107 minutos

- **Special** (2019-2021)
Criação: Ryan O'Connell
País: Estados Unidos
Formato: Série de comédia dramática (Netflix)
Sinopse: Acompanha Ryan, um jovem gay com paralisia cerebral leve, que decide mudar de vida e buscar independência, enfrentando o capacitismo e os desafios da vida adulta.
Temporadas: 2

- **Além do Som** (*Sound of Metal*, 2019)
Direção: Darius Marder

País: Estados Unidos

Formato: Filme

Sinopse: Um baterista começa a perder a audição e precisa se adaptar a uma nova forma de viver, explorando o impacto emocional e social da deficiência auditiva.

Duração: 120 minutos

- **Fuja** (*Run*, 2020)

Direção: Aneesh Chaganty

País: Estados Unidos

Formato: Thriller (Hulu / Netflix)

Sinopse: Uma jovem cadeirante começa a desconfiar que sua mãe esconde segredos sombrios sobre sua condição de saúde e seu passado.

Duração: 90 minutos

- **Eternos** (*Eternals*, 2021)

Direção: Chloé Zhao

País: Estados Unidos

Formato: Filme (Marvel Studios / Disney+)

Sinopse: Entre os heróis do filme, destaca-se Makkari, interpretada por Lauren Ridloff, a primeira super-heroína surda do Universo Cinematográfico Marvel, representando a inclusão de pessoas com deficiência na cultura pop.

Duração: 157 minutos

A palestra dos representantes do coletivo **Autistas Alvinegros** conta a história do projeto, voltado à inclusão de pessoas autistas nas torcidas de futebol, especialmente do Sport Club Corinthians Paulista.

O movimento surgiu em 2022, quando Rafael Lopes e Juliana Prado, motivados pelo desejo de pertencimento e inclusão, decidiram reunir pessoas autistas para torcerem juntas nas arquibancadas do Corinthians, Neo Química Arena. A partir de uma faixa simples, nasceu um espaço de amizade, afeto e acolhimento dentro do estádio.



Fonte: Capa da apresentação do Coletivo Autistas Alvinegros.

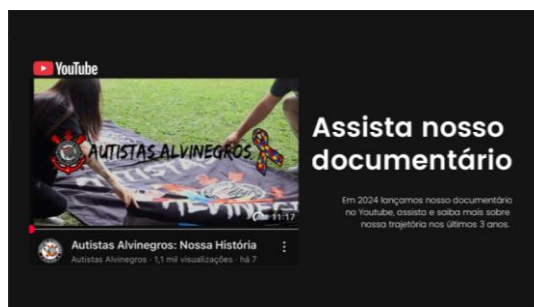
O projeto cresceu rapidamente e ganhou grande destaque nas redes sociais, reunindo milhares de famílias e recebendo o apoio de ídolos do clube, como o Craque Neto e o goleiro Cássio.

Com o tempo, os Autistas Alvinegros ultrapassaram os limites do estádio, tornando-se um movimento nacional de união entre famílias atípicas e defesa da inclusão social, que inclusive se reúne e desenvolve projetos em parcerias com outras torcidas inclusivas, como Autistas Alviverdes, a Tricolor Autistas, entre outras.

Em 2024, o coletivo lançou um documentário no YouTube, contando sua

trajetória e o impacto positivo do projeto ao longo de três anos.

A mensagem central da apresentação foi marcada pelos valores de respeito, empatia e inclusão, reforçando o papel transformador do esporte como espaço de convivência e diversidade.



Título: **Autistas Alvinegros: Nossa História** (2022)
Criadores / idealizadores: Rafael Souza Lopes e Juliana Prado
Link de acesso: <https://youtu.be/TwZcaUAcX9I?si=Aa8OA9BAHu-e7yV5>

Também debateu sobre o diagnóstico tardio do autismo, na adolescência ou idade adulta), mesmo apresentando sinais desde a infância, o que geralmente ocorre porque se manifestam de forma mais sutil, por exemplo, vinculados a dificuldades sociais discretas, interesses intensos, mas não “estranhos” aos olhos de familiares; pelo não reconhecimento por profissionais de saúde em contextos fora do padrão normativo. Ou seja, muitos/as profissionais consideram apenas o “modelo clássico”, ou “hegemônico” de autismo, que é muitas vezes baseado em estudos com crianças brancas de classe média, não considerando diferenças raciais e culturais na identificação do autismo. O autismo em meninas ou pessoas não-binárias, por exemplo, é frequentemente camuflado por estratégias de adaptação social, atrasando o diagnóstico.

Há ainda a dificuldade da sobreposição com outros marcadores sociais da diferença, como características sociais e culturais, que podem mascarar ou mesmo serem confundidas com sinais de autismo. Por exemplo, maneiras de se comportar, padrões de comunicação ou respostas emocionais que podem variar entre culturas ou contextos sociais, sendo interpretadas erroneamente como questões de socialização típicos do autismo. Em pessoas negras e indígenas, por exemplo, comportamentos ligados à resiliência, expressão corporal, comunicação não verbal, relação com a natureza e espiritualidade, podem ser interpretados de forma diferente por profissionais de saúde, levando a subdiagnóstico ou diagnóstico incorreto. Além disso, o racismo, a falta de acesso a serviços especializados e estereótipos sobre um tipo de comportamento “ideal” podem contribuir para o diagnóstico tardio.

Sem que haja diagnóstico precoce, as intervenções educativas e terapêuticas são menos eficazes, o que tem impacto direto no aprendizado, emprego, sociabilidade e qualidade de vida, podendo gerar exclusão social, ansiedade, depressão e baixa autoestima.

Um relato emocionante foi o incentivo que o coletivo Autistas Alvinegros provocou em crianças com autismo, que passaram a usar seus cordões de identificação. Essas crianças preferiam não utilizar por vergonha ou com receio de sofrerem *bullying*. A partir do contato com o coletivo, elas passaram a utilizar. Ao distribuí-lo com as cores do coletivo, e o emblema do Corinthians, o coletivo promove empoderamento e inclusão, mostrando que crianças autistas podem adotar estratégias práticas para lidar com o cotidiano.

Os **Cordões de Deficiência Oculta e Neurodiversidade** são iniciativas que objetivam sinalizar discretamente que uma pessoa possui uma deficiência ou condição neurodivergente que não é visível, como autismo, TDAH, dislexia, doenças crônicas, entre outras. Ele permite que terceiros saibam que a pessoa pode necessitar de compreensão, paciência ou adaptações, sem que seja necessário explicar verbalmente, também podem facilitar o acesso a direitos, como filas preferenciais. Embora sejam importantes para a percepção social, não possuem valor legal por si só, e não substituem os documentos comprobatórios de deficiência, que são:

- a **Carteira de Identidade Nacional (CIN)**: documento que pode ter a informação do autismo adicionada, servindo como identidade e comprovação de deficiência;
- a **CipTEA**, carteira específica para pessoas com autismo que facilita a identificação em serviços públicos e privados;
- e o **Laudo Médico**, documento que atesta o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e é necessário para a emissão de outros documentos oficiais como a CIN e a CipTEA.

O incentivo do uso da CIN e da CipTEA é relevante principalmente para crianças autistas, que enfrentam barreiras sociais e preconceitos que podem dificultar a compreensão de seus comportamentos. É importante sinalizar que PcD's têm direito ao atendimento prioritário, garantido por lei, mesmo sem o uso do cordão.

O **Cordão Girassol** é um símbolo nacional brasileiro, criado pela Lei nº 14.624/2023 para identificar pessoas com deficiências ocultas, que não são visíveis a olho nu, como autismo, surdez, baixa visão, TDAH, Doença de Crohn, transtornos psiquiátricos, como ansiedade, e outras condições. Seu uso sinaliza a necessidade de apoio e compreensão em ambientes públicos, promovendo a inclusão e a acessibilidade, pois contribui para a criação de ambientes mais empáticos e respeitosos.

O **Cordão de quebra-cabeça** é um acessório usado para identificar crianças autistas e aumentar sua segurança em ambientes públicos. Carrega um símbolo que é amplamente reconhecido como referente ao autismo - o quebra-cabeça colorido - e geralmente inclui informações básicas de contato, como o nome da criança, telefone de responsáveis, alergias ou necessidades especiais.

Já o **Cordão com símbolo do infinito** é outra forma de identificação e utilizada por pessoas autistas, com TDAH, dislexia etc. O símbolo do infinito colorido ou em gradiente representa a diversidade e a neurodiversidade, enfatizando que as pessoas não

precisam ser “consertadas” ou corrigidas, mas sim entendidas e respeitadas em suas múltiplas formas de ser e existir.



Fonte: @campi_brasil

Os cordões não são fornecidos pelo poder público, o que gera grande debate, pois como pode ser adquirido por demanda livre em lojas virtuais ou empresas especializadas em fabricação de adereços, teme-se o mal uso por pessoas não diagnosticadas. Reforça-se a necessidade do uso do cordão apenas mediante a comprovação da deficiência através de documentos médicos.

Genocídio e Eugenia

Finalmente, um tema apresentado pelo pesquisador Júlio Bueno foi a relação entre as pessoas com deficiência e o **nazismo**, em um dos capítulos mais sombrios da história moderna, pois envolve perseguição sistemática, discriminação e genocídio sob a ideologia da **eugenia**, que vigorou no Brasil na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

O regime nazista (1933-1945), liderado por Adolf Hitler, acreditava na criação de uma "raça ariana pura" e considerava pessoas com deficiência como “vidas indignas”. Sendo assim, as pessoas com deficiências físicas, intelectuais ou mentais eram entendidas como fardos econômicos e biológicos. O **Programa Aktion T4**, realizado entre 1939 e 1941, implementou o assassinato sistemático de crianças e adultos com deficiência, principalmente em hospitais e instituições psiquiátricas, por meio de injeções letais, gás e fome. Seu sofrimento era legitimado pelo Estado como parte de um “melhoramento genético”. Estima-se que 70.000 a 100.000 pessoas com deficiência foram mortas nesse contexto, suspenso devido à pressão pública. Mesmo assim, os assassinatos continuaram de forma descentralizada. A perseguição empreendida pelo Nazismo evidencia como preconceito e discriminação institucionalizados podem se transformar em políticas de extermínio.

Anualmente, no **Dia Internacional das Pessoas com Deficiência** (3 de dezembro), museus do Holocausto em diversas partes do mundo lembram essas vítimas com o intuito de promover a conscientização sobre os perigos da eugenia, do

capacitismo e da desumanização, alertando a sociedade sobre a proteção dos direitos e dignidade das pessoas com deficiência.

Diversos museus brasileiros e internacionais também têm se dedicado a atender de forma qualificada públicos com deficiência, e a desenvolver pesquisas para maior representação e representatividade desse grupo social.

Recentemente, o **Museu do Amanhã**, localizado no Rio de Janeiro (RJ), tem oferecido a seu público o **Kit de Autorregulação Sensorial** como parte de suas ações inclusivas. O kit, que inclui itens como abafadores de som, óculos de sol, fones de ouvido e cordões de identificação, proporcionando conforto e segurança, foi desenvolvido para auxiliar visitantes, especialmente crianças, a lidarem com estímulos sensoriais intensos durante a visita, tornando a experiência no museu mais tranquila e acessível para pessoas com sensibilidades sensoriais. O kit está disponível para uso durante a visita e pode ser retirado na recepção do museu, e deve ser devolvido após a visita. A instituição recomenda entrar em contato com antecedência (<https://museudoamanha.org.br/pt/visite/acessibilidade>) para garantir a disponibilidade e obtenção de maiores informações sobre o processo de retirada. O Museu também dispõe de pisos e maquetes táteis, rampas, cadeira de rodas, elevadores, fraldários, banheiros adaptados, sinalização universal e acessibilidade em Libras em suas atividades. Desenvolve parcerias com órgãos públicos, escolas e instituições especializadas na formação de educadores para identificar oportunidades de visitas adaptadas a pessoas com qualquer tipo de necessidade específica, por meio do Programa de Educação. O museu apresenta uma agenda de atividades para pessoas com deficiência e suas famílias, visitas mediadas para grupos escolares e não escolares onde o diálogo é pautado pela diversidade e inclusão, entre outras ações.



Educadora do Museu do Amanhã apresentando o **Kit de Autorregulação Sensorial**.

Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DJRSLPgjPd/> (05/2025).



3. Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional

A terceira aula do curso contou com a presença da arquiteta e cenógrafa **Silvia Arruda** e do artista plástico e palestrante **Daniel Ferreira**. A primeira convidada dedicou sua apresentação sobre o tema **Acessibilidade Arquitetônica**, e o segundo convidado em **Acessibilidade Comunicacional**.



A imagem, à esquerda da página, mostra Silvia Arruda, pós-graduada – MBA em Museologia e Inovação pela ABGC/Expomus/Instituto Tomie Ohtake; Graduada em Arquitetura pela Universidade Católica de Santos – Unisantia; com especialização em curadoria, acessibilidade arquitetônica e cultural; e mãe atípica da Raquel; que ministra palestras e cursos sobre acessibilidade arquitetônica, cultural e expografia acessível. A imagem mostra uma foto colorida do rosto de Silvia. Ela é uma mulher branca, cisgênero, olhos verdes e cabelos loiros cortados estilo chanel repicado. Sorri, com a mão apoiada na lateral do rosto inclinado. Veste uma camisa de estampa africana. O fundo é uma parede marrom com parte de uma pintura à direita. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

Instagram: @arq_silvia_arruda

Site: <https://arquitetasilviaarruda.wordpress.com/>



A imagem, à direita da página, mostra Daniel Ferreira, artista plástico que pinta com a boca e os pés. Daniel está sentado em uma cadeira pintando um quadro com os pés. Ele não possui braços e utiliza o pé direito para segurar o pincel, aplicando tinta em uma tela apoiada em um cavalete, e tendo o pé esquerdo, com algumas tatuagens, apoiado em uma mesinha. A pintura retrata uma mulher negra com cabelo volumoso, lenço colorido e flores na cabeça, em um estilo artístico vibrante e alegre, com fundo amarelo. Daniel veste uma camiseta listrada branca e vermelha, e shorts jeans. Ao fundo, há uma parede com alguns quadros pendurados. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

Instagram: @danielrfsilva

Neste encontro, Silvia Arruda trouxe o tema “**Acessibilidade Arquitetônica**”, que apresentou os trabalhos realizados pela arquiteta na promoção da acessibilidade arquitetônica e cultural, com base em princípios de **desenho universal**, **direitos humanos** e **participação social**, propondo uma sociedade mais **inclusiva**, **plural** e **anticapacitista**. Daniel Ferreira, após apresentação oral falando sobre suas experiências pessoais, educacionais e profissionais, em conexão com a **acessibilidade**

comunicacional, realizou uma dinâmica para que as pessoas participantes do curso experimentassem pintar com a boca ou os pés.

Silvia inicia sua apresentação com foco no conhecido lema de referência dos movimentos em prol dos direitos das pessoas com deficiência:

“Nada sobre nós sem nós!”

Embora haja debates sobre sua origem exata, os primeiros registros escritos da frase datam do início da década de 80, no contexto do **Ano Internacional das Pessoas com deficiência**, provavelmente a partir de artigo “*Nothing About Us Without Us: Some Historical Reflections on the Disability Movement in South Africa*” (**Nada Sobre Nós, Sem Nós: Algumas Reflexões Históricas sobre o Movimento da Deficiência na África do Sul**), escrito em 2001 pelo “duplo” ativista sul-africano (em relação ao apartheid e à deficiência) William Rowland.

Rowland ficou cego ainda criança, com cerca de 5 anos de idade, após ter sido atingido por um tiro dentro de casa. Já adulto, liderou o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência no país e presidiu a *World Blind Union*, sendo figura-chave na inclusão desses direitos na era pós-apartheid.



Publicação do instagram do Apartheid Museum (África do Sul)

Fonte: @apartheidmuseum, 4 nov. 2024.

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DB8j7G1qBfO/>.

Foi trazida a reflexão do advogado Cid Torquato a respeito da ampliação do lema para **“Nada sobre nós, sem todos nós”**, enfatizando diversidade e coletividade.

Além de se debruçar sobre o conceito Acessibilidade, foi mencionado o conceito **Desenho Universal** (*Universal Design*), terminologia criada pelo arquiteto americano Ronald Mace (1942-1998) em 1987, com o objetivo de criar ambientes, produtos e serviços utilizáveis por todas as pessoas, promovendo acessibilidade e inclusão, especialmente de pessoas com deficiência.

O Desenho Universal tem como princípios básicos:

1. Igualdade
2. Flexibilidade

3. Simplicidade e Intuição
4. Percepção e Informação
5. Tolerância ao Erro
6. Pouco esforço físico
7. Tamanho e Espaço

O desenho universal em exposições refere-se à criação de espaços e experiências acessíveis e agradáveis para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou necessidades.

Também foram apresentadas algumas Legislações e Normas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como:

- A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015.
- NBR 15599 (2008) – Comunicação acessível na Prestação de Serviços.
- NBR 9050 (2021) – Acessibilidade em edificações, mobiliário e equipamentos.
- NBR 16537 (2024) – Sinalização Tátil no Piso (Piso tátil).

Foi apresentado o “Checklist Selo de Acessibilidade e Inclusão”, um guia técnico elaborado pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no RS (FADERS), considerando as normas técnicas vigentes.

A iniciativa se conecta com o Sistema Estadual do Selo de Acessibilidade e Inclusão, que certifica espaços públicos e privados (como escolas, parques, lojas, hotéis, praças etc.) conforme o nível de acessibilidade oferecido às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, concedendo selos em três níveis: Bronze - para acessibilidade parcial; Prata - para acessibilidade com autonomia parcial; e Ouro - para acessibilidade plena, com segurança e autonomia. O material, disponível online (<https://www.faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/20114420-checklist-selo-de-acessibilidade-pptx.pdf>), é dividido em seções, com aproximadamente 240 perguntas de verificação (“Sim / Não / N.A.”), abordando:

1. Calçadas e passeios públicos
2. Estacionamento
3. Acesso interno e rampas
4. Escadas e circulação horizontal e vertical
5. Elevadores e plataformas
6. Portas, janelas, banheiros acessíveis
7. Painéis informativos, sinalização e conteúdos acessíveis
8. Bebedouros e saídas de emergência
9. Serviços, recepções e autoatendimento
10. Lojas, restaurantes e dormitórios de hotéis
11. Teatros, auditórios, bibliotecas, parques, escolas etc.

O Sistema Estadual do Selo de Acessibilidade e Inclusão tem como objetivo estabelecer, divulgar e implantar parâmetros claros que definam as condições para que as acessibilidades de Informações interativas e arquitetônicas sejam de fácil verificação por toda a sociedade. Tem o objetivo de motivar o poder público e a sociedade a aderirem o desenho universal para espaços, mobiliários, serviços e equipamentos para prédios, praças, escolas e outros ambientes públicos ou privados. Após a adesão do

município, qualquer espaço público ou privado pode candidatar-se ao Selo de Acessibilidade e caberá ao Comitê Gestor Municipal fazer as verificações e conceder o Selo. O material é importante para que diversas instituições possam realizar

Diagnósticos de Acessibilidade.

Observa-se que há muitas soluções que podem ser implementadas com baixo custo. Contudo, em projetos maiores, a implementação de acessibilidade arquitetônica por meio de reformas é mais custoso do que em novos projetos, podendo comprometer até 20% do orçamento.

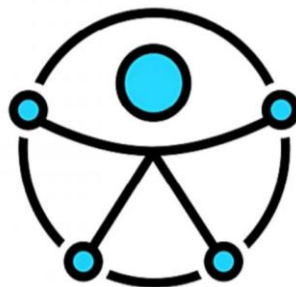
Atualmente, há recursos de Inteligência Artificial (IA), como o Guia de Rodas (11-91461-4421), onde é possível obter informações prévias sobre a acessibilidade de lugares que se pretende visitar.

Símbolos Nacionais de Acessibilidade

Os símbolos de acessibilidade foram criados para a identificação de locais que são acessíveis para pessoas com diferentes características, de modo a favorecer a autonomia de pessoas com deficiência para acessar serviços, espaços diversos, conteúdos didáticos etc.

A simbologia abrange pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência visual, pessoas com deficiência auditiva, pessoas com nanismo, pessoas ostomizadas, pessoas com autismo (TEA), dentre outras.

A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), que em 2015, após discussões sobre suas limitações, pois retratava uma pessoa em cadeira de rodas em um pictograma branco em fundo azul, optou-se por um símbolo mais inclusivo, representando diferentes tipos de deficiência. O novo símbolo, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), busca englobar as diversas necessidades das pessoas com deficiência, além da mobilidade reduzida. O Senado brasileiro aprovou a substituição do símbolo no território brasileiro em abril de 2025.



Símbolo Internacional de Acesso (SIA), desenvolvido pela ONU.

A atualização do SIA é importante nos museus, espaços e patrimônios culturais porque mais do que um símbolo e um elemento funcional de sinalização, a linguagem visual também é uma forma de discurso. Se trata de um gesto político capaz de provocar o público a repensar o modo como lida com a deficiência, compreendendo-a não como limitação, mas como parte da diversidade humana, e de um signo e elemento cultural

que carrega significados e valores, comunicando o compromisso institucional com a acessibilidade. Obviamente que a atualização simbólica **não substitui ações concretas de acessibilidade**, como rampas, pisos táteis, audiodescrição, sinalização em braille, visitas guiadas em Libras etc., mas reforça a coerência entre discurso e prática, tornando esses espaços, de fato, inclusivos, e capaz de comunicar também simbolicamente os mesmos valores.

Há ainda diversos outros símbolos que podem ser observados nos espaços culturais, como o **Símbolo de Deficiência Visual** (NBR 9050), que indica a existência de recursos, mobiliário e serviços com indicações em braille, audiodescrição e presença de piso tátil; o **Símbolo da Audiodescrição** (NBR 16452), que indica a existência de recursos de descrição dos elementos visuais para pessoas cegas ou com baixa visão; e o **Símbolo de Intérprete de Libras**, que indica a existência destes profissionais em evento ou conteúdo reproduzido. O site Guia de Rodas apresenta diversos símbolos que podem ser utilizados.



Símbolos de Deficiência Visual, de Audiodescrição e de Intérprete de Libras.
Fonte: Guia de Rodas (<https://guiaderodas.com/>).

Na segunda parte da aula podemos compreender, por meio da experiência de vida do artista plástico Daniel Ferreira, como ele encontrou um modo de se expressar artisticamente, de comunicar mensagens às pessoas por meio de sua arte, mas também como diversas pessoas e instituições da sociedade se comunicaram com ele desde sua infância, de forma respeitosa ou capacitista, promovendo ou lhe negando o direito constitucional ao acesso, e promovendo-lhe maior ou menor autonomia.

Foi mencionada a forma como a escola primária lidou com sua presença, em contraposição ao acolhimento promovido pela universidade em que estudou; o papel fundamental da família em seu processo de desenvolvimento e autonomia; a importância de pessoas com deficiência representativas que o inspiraram, tanto famosas como de seu cotidiano; as limitações encontradas para a emissão de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que envolveram desde o despreparo de profissionais da autoescola “especializada” em pessoas com deficiência até a existência de equipamentos padronizados (coletor de biometria) para o registro de presença nas aulas do curso de direção no Centro de Formação de Condutores (CFC); entre diversas outras experiências.

As experiências descritas pelo artista permitiram ao grupo compreender que a deficiência não se trata apenas de uma condição individual, mas de uma experiência relacional, construída nas interações entre o sujeito e o meio, considerando outros sujeitos, além da importância da **acessibilidade atitudinal**.

Entende-se que sua arte também pode ser uma ferramenta de autonomia e expressão de identidade, pois seu trabalho artístico não se limita à estética, mas também às técnicas e ambientes de produção. As artes produzidas por Daniel são um **ato comunicativo e político**: ao criar, ele se coloca no mundo, produz sentidos e convoca o público a repensar padrões de normalidade. Se tornam um canal de diálogo, não apenas sobre si mesmo, mas sobre a forma como a sociedade enxerga, escuta e interage com as pessoas com deficiência. Considera-se que a observação de pessoas com deficiência ocupando espaços de criação, liderança e autonomia é um fator transformador e inspirador, pois rompe o imaginário social da incapacidade e projeta novas possibilidades de existência e reconhecimento.

O contraste entre a escola primária excludente e a universidade acolhedora evidencia o quanto o **ambiente educacional** pode determinar as oportunidades de desenvolvimento e autonomia. Enquanto o ensino básico reproduziu práticas capacitistas, a universidade (ao menos no caso citado) demonstrou que a inclusão é possível quando há acesso, respeito e escuta ativa. Essa diferença ilustrou a transição de um modelo assistencialista para um modelo de direitos humanos, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e indicando pelo palestrante.

A menção ao **papel da família** também foi central. Em trajetórias de pessoas com deficiência, o apoio familiar pode ser o primeiro espaço de validação e estímulo à autonomia, pois quando a família acredita, apoia e incentiva a participação social, ela contribui para a formação de uma identidade positiva e confiante. Quando Daniel menciona a recusa ao uso de prótese, o artista demonstra a aceitação do próprio corpo e de suas possibilidades e exerce autonomia sobre seu corpo, mostrando que a inclusão não se resume à adaptação tecnológica, mas também ao respeito às escolhas individuais, pois há uma diversidade de modos de existir e atuar no mundo. No caso de um artista, essa postura pode também influenciar sua prática estética, comunicativa e simbólica, transformando o corpo em elemento de expressão e narrativa.

A sociedade muitas vezes pressiona pessoas com deficiência a “corrigir” ou “normalizar” seus corpos (com base no **modelo biomédico da deficiência**), e a recusa de Daniel pode ser compreendida também, conscientemente ou não, como um **ato de resistência** contra expectativas capacitistas, aproximando-se do **modelo social da deficiência**, que entende que os obstáculos estão mais no ambiente, nas atitudes e nas estruturas, do que no corpo em si.

Em espaços culturais e educacionais, é importante que compreendamos que a comunicação e o acesso devem contemplar a diversidade de necessidades e preferências, reforçando a pluralidade de corpos e formas de participar, e que adaptar o ambiente não significa obrigar o uso de recursos assistivos. Nesse sentido, a exclusão

pode não se dar apenas pela falta de empatia, mas também pela existência de uma estrutura normativa e tecnológica que não considera a diversidade. Equipamentos “padronizados”, profissionais “especializados” sem formação adequada e procedimentos burocráticos inflexíveis revelam que o capacitismo pode estar embutido nos próprios sistemas de prestação de serviços culturais à sociedade.

As dimensões afetivas e relacionais foram fundamentais no processo de diálogo desenvolvido neste curso, o que muitas vezes é invisibilizado nas políticas públicas e nas discussões sobre acessibilidade. A experiência de Daniel Ferreira revela que a acessibilidade vai muito além de rampas e recursos técnicos, é uma **construção de relações humanas**, uma forma de comunicação social baseada em respeito, empatia e igualdade de oportunidades. Sua trajetória expõe os avanços e as contradições das instituições brasileiras, demonstrando que a inclusão é muito mais do que realizar adaptações físicas nos espaços.

Encerrando o encontro, as pessoas participantes puderam experimentar o modo como Daniel produz sua arte. O artista compartilhou técnicas utilizadas e inspirou as pessoas presentes a desafiar seus corpos nesse processo de aprendizagem.





Registros da Oficina com participantes do curso, conduzida pelo artista Daniel Ferreira, 04/10/2025.

A partir da experiência de Daniel Ferreira podemos refletir sobre a experiência de produção de outros artistas, em diferentes tempos e espaços, que se comunicam conosco ainda hoje por meio de suas obras de arte. No Brasil, um dos mais conhecidos, apelidado com termo capacitista devido à sua condição física, foi **Antônio Francisco Lisboa** (1738-1814), mais conhecido como Aleijadinho, importante representante da arte barroca brasileira. Nascido em Ouro Preto (MG), era filho de um mestre de obras português e de uma mulher africana escravizada chamada Isabel. Foi alforriado após o batismo, mas cresceu em um contexto de marginalização social e racial em um Brasil colonial e escravista. A origem étnica de Antônio Francisco Lisboa foi frequentemente omitida nas representações posteriores, contribuindo para a construção de uma imagem do artista como branco ou mestiço, distorcendo sua identidade racial.

Aos 40 anos, o artista foi acometido por uma doença degenerativa não identificada, que lhe causou alterações físicas severas nas mãos e nos pés, levando-o a perder os dedos e a trabalhar de joelhos. Apesar das limitações físicas, ele continuou a produzir obras-primas utilizando ferramentas adaptadas e contando com o auxílio de pessoas escravizadas em sua oficina. Estudos contemporâneos têm apresentado novas abordagens sobre o artista (vide referências).



Retábulo da capela-mor da Igreja de São Francisco em São João del-Rei.

Imagem: Alexandre Machado, 2006.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SFrancis-SJdelRei2-CCBYSA.jpg>.

Podemos compreender a **acessibilidade comunicacional** como um dos pilares da acessibilidade, que garante o direito à informação, à expressão, à participação plena na sociedade, e o direito de todas as pessoas compreenderem e se comunicarem plenamente, independentemente de suas condições sensoriais, cognitivas, linguísticas ou tecnológicas, sendo essencial para a inclusão social, educacional e cultural.

Alguns **recursos de acessibilidade** têm possibilitado transpor barreiras históricas que impediram o acesso de pessoas com deficiência aos conteúdos apresentados em espaços culturais e educacionais de preservação patrimonial, como:

- A presença de intérpretes, guias-intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de profissionais surdos ou com baixa visão como profissionais contratados pelas instituições, não apenas para eventos, mas de modo contínuo;
 - A contratação de pessoas com diferentes tipos de deficiência por espaços culturais e educacionais;
 - O uso de vídeos com janelas de Libras;
 - Legendagem e audiodescrição em conteúdos audiovisuais;
 - Audiodescrição de obras de arte, espaços museológicos, publicações, materiais educativos, websites e redes sociais;
 - Leitura fácil e linguagem simples em textos e documentos públicos;
 - Recursos de voz e leitores de tela em sites e aplicativos;
- A adoção de tecnologias de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) para diferentes tipos de deficiência.



4. **Acessibilidade Metodológica, Sensorial, Educacional e Instrumental**

A quarta aula do curso contou com a presença da arquiteta e cenógrafa **Lara Souto** e da artista plástica **Vitória Sousa**. A primeira convidada dedicou sua apresentação sobre o tema **Acessibilidade Educacional e Instrumental**, e a segunda convidada em **Acessibilidade Metodológica e Sensorial**.



A imagem, à esquerda da página, mostra Lara Souto, Graduada em Letras, com bacharelado e Licenciatura em Inglês/Português e Pedagogia; mestre em Letras pela USP; e especialista em Linguagens da Arte, Inclusão e gestão das diferenças e A Arte de ensinar Arte. Lara atualmente cursa especialização em audiodescrição, é professora na rede municipal de São Paulo e consultora em acessibilidade, audiodescrição e educação inclusiva. Possui experiência em Educação, Inclusão e Acessibilidade e foi coordenadora de desenvolvimento de programas da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD). A imagem mostra uma foto colorida do rosto de Lara, uma mulher autodeclarada negra, levemente voltado para cima, que sorri em um retrato com fundo neutro. Ela tem cabelos cacheados, volumosos e com tons castanhos e mechas mais claras nas pontas. Ela veste uma blusa preta de alças. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.
Instagram: @larasoutosantana



A imagem, à direita da página, mostra Vitória Sousa, modelo, artista visual e com conhecimentos em marketing e publicidade. Nascida e criada em Guarulhos, Vitória iniciou sua trajetória artística a partir de vivências periféricas, marcadas por situações de adversidades. Sua produção carrega as marcas de sua experiência enquanto mulher negra e pessoa com deficiência, trazendo à tona reflexões sobre acessibilidade e desigualdade. Em seu trabalho, a artista aborda como a falta de acessibilidade impacta diretamente o desenvolvimento artístico e intelectual de pessoas com deficiência, evidenciando os silenciamentos e barreiras ainda presentes nesses espaços. Na imagem, Vitória está sentada em uma cadeira de rodas, sobre um fundo cinza. Ela tem cabelos crespos, volumosos e escuros, e está usando roupa preta tomara que caia. Ela usa acessórios dourados discretos, como uma corrente no pescoço e uma pulseira no pulso direito. Suas mãos

estão apoiadas sobre as pernas. A foto está emoldurada por uma borda hexagonal irregular de cor marrom.

Instagram: @euvitoorias

No penúltimo encontro do curso, dialogamos com Vitória Sousa e por Lara Souto, sobre o processo de se descobrir uma pessoa com deficiência, sobre autonomia, independência, a ocupação de espaços hetero-branco-normativos, letramento anticapacitista, políticas públicas e amplificação de vozes.

Na primeira parte da aula, conduzida por Vitória, dialogamos sobre como as barreiras arquitetônicas impedem as pessoas com deficiência a conhecer e ocupar espaços, especialmente históricos e tombados; as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência no uso de transporte público, mesmo com legislações e vagões acessíveis - vagões de trem especialmente projetado para atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com recursos como plataformas elevatórias, espaços para cadeiras de rodas e banheiros adaptados -, pois há limite de vagas e o direito ao assento nem sempre é respeitado pelas demais pessoas; a falta de consciência de pessoas sem deficiência em utilizar sanitários ou demais espaços ou recursos voltados para pessoas com deficiência; a construção de políticas públicas sem a presença ou o diálogo com pessoas com diferentes tipos de deficiência; a ausência ou insuficiência de sinalização em espaços públicos ou privados; a incompreensão da sociedade sobre as necessidades laborais das pessoas com deficiência, que enfrentam inúmeras barreiras no percurso até chegar ao local de trabalho, como a má vontade de outras pessoas, a falta ou insuficiência de acessibilidade em transportes públicos e calçadas; as falhas ou lacunas comunicacionais em espaços culturais e educacionais sobre acessibilidade; a dificuldade de compreensão da sociedade sobre a existência de pessoas com deficiências distintas; o direito das pessoas com deficiência de viajar e se divertir; a necessidade da “força da lei” para que pessoas e instituições garantam os direitos das pessoas com deficiência; a relação entre moda e corpos diversos, considerando que a maior parte das marcas produzem roupas para corpos padrões e em pé, entre outros assuntos.

Na primeira parte da aula, conduzida por Vitória, discutimos como as barreiras arquitetônicas e sensoriais ainda limitam o acesso de pessoas com deficiência a diferentes espaços, especialmente aqueles históricos e tombados, cuja preservação muitas vezes desconsidera adaptações metodológicas e estruturais necessárias à inclusão. Refletimos sobre as dificuldades no uso do transporte público, que, mesmo contando com vagões acessíveis e equipamentos adaptados, ainda apresenta limitações sensoriais, falta de sinalização adequada e desrespeito ao direito ao assento. Abordamos também a falta de consciência social quanto ao uso de sanitários, vagas e outros recursos voltados a pessoas com deficiência, evidenciando a necessidade de estratégias metodológicas de educação e sensibilização que promovam empatia e respeito.

Além disso, debatemos a ausência de políticas públicas participativas, elaboradas sem o diálogo com pessoas com diferentes tipos de deficiência, o que gera soluções incompletas e excludentes. A insuficiência de sinalização tátil, sonora e visual

em espaços públicos e privados reforça a importância da acessibilidade sensorial como princípio essencial para garantir a autonomia e a segurança de todas as pessoas. Também discutimos as barreiras comunicacionais em ambientes culturais e educacionais, que exigem metodologias mais inclusivas, como o uso de recursos multissensoriais e tecnologias assistivas.

Por fim, destacamos questões relacionadas ao direito ao lazer, à moda e ao trabalho, enfatizando como a falta de acessibilidade física, sensorial e metodológica restringe o exercício pleno da cidadania. Discutimos também como, ao reivindicar condições básicas de acessibilidade - previstas em lei -, muitas pessoas, com ou sem deficiência, acabam sendo entendidas como “chatas” ou “exigentes”, quando, na verdade, apenas reivindicam o cumprimento de direitos legalmente assegurados. Essa percepção distorcida evidencia o quanto a sociedade ainda precisa avançar em termos de consciência, empatia e responsabilidade coletiva. A “força da lei”, nesse contexto, surge não apenas como um mecanismo jurídico, mas como um instrumento pedagógico e social, capaz de impulsionar transformações culturais e garantir que práticas e políticas inclusivas sejam efetivamente implementadas, assegurando a representatividade, a autonomia e o reconhecimento da diversidade corporal e funcional.

Na segunda parte da aula, Lara enfatizou a importância de abordagens que integrem a **acessibilidade** às discussões interseccionais sobre **raça, classe e gênero**, conforme já problematizado por Sueli Carneiro. A autora do artigo “**Protagonizar é Preciso!**” (SESC-SP, 2020, p. 141) destacou a relevância do **letramento racial e anticapacitista** como ferramentas pedagógicas para a promoção dos direitos humanos e da equidade no acesso ao conhecimento. Lara ressaltou que participar de eventos como a **Parada LGBT**, enquanto apoiadora da causa, é um ato educativo e político que amplia o entendimento social sobre diversidade e humanidade, evidenciando que pessoas historicamente marginalizadas têm o direito de ocupar todos os espaços, inclusive aqueles que tradicionalmente lhes foram negados.

A discussão também abordou a necessidade de políticas públicas que considerem a diversidade de corpos e experiências, criticando a tendência “urbanocêntrica” e a ausência de dados comparativos sólidos sobre acessibilidade em diferentes países. Ao relatar experiências internacionais, foram questionadas visões simplistas que colocam o Brasil como um país “atrasado”, destacando que, apesar das dificuldades na execução das leis, há avanços significativos e marcos normativos que precisam ser reconhecidos. Lara defendeu a importância de coletar e analisar dados, de modo a criar índices de acessibilidade que permitam compreender, de forma crítica e embasada, o real estágio das políticas inclusivas.

Nesse contexto, a educadora ressaltou o papel da **acessibilidade instrumental** - expressa em iniciativas como o selo de acessibilidade arquitetônica e digital - e a importância da corresponsabilidade entre pessoas com e sem deficiência para o fortalecimento das pautas inclusivas no “ecossistema sociedade”. Lara lembrou que “o que para muitos é um propósito, para nós é uma urgência”, sublinhando a necessidade

de compreender as especificidades de cada perfil de PCD e de fomentar a articulação entre grupos diversos, ampliando o alcance político e social das ações coletivas.

O **Selo de Acessibilidade Arquitetônica** é uma certificação oficial criada pela Prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), com o objetivo de reconhecer e valorizar edificações públicas e privadas (equipamentos culturais, educacionais, de saúde, transporte e lazer) que eliminam barreiras e garantem o acesso universal a todas as pessoas, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a NBR 9050/2020. O selo pode ser concedido após vistoria técnica e comprovação de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Além de ter caráter técnico, o selo tem atuado como instrumento pedagógico e de gestão pública, estimulando o compromisso das instituições com a educação inclusiva e a cidadania ativa. Já o **Selo de Acessibilidade Digital**, emitido pela mesma Secretaria, certifica sítios e portais eletrônicos que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. A SMPED, em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade Digital, avalia a acessibilidade das páginas submetidas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 57/SMPED-GAB/2024, com alterações fornecidas pela Portaria nº 27/SMPED-GAB/2025 e pela Portaria nº 51/SMPED-GAB/2025, para a concessão do Selo.

A educadora também apresentou o **tripé da acessibilidade - segurança, autonomia e conforto** - como base para o desenvolvimento de práticas educacionais e profissionais verdadeiramente inclusivas. Complementarmente, foi mencionado o **tripé TAC (transporte, alimentação e cachê)** como instrumento essencial de **acessibilidade instrumental**, garantindo condições concretas para a participação qualificada e valorizada de pessoas com deficiência, pessoas negras e demais sujeitos pertencentes a grupos sociais marginalizados em eventos, cursos e projetos.

Por fim, refletimos sobre o **pacto silencioso da sociedade heteronormativa e da branquitude**, que sustenta estruturas de dominação e exclusão, e sobre a importância de nomear, reconhecer e transformar essas relações de poder. Compreendemos que a acessibilidade educacional envolve não apenas a presença física, mas também a reconfiguração de espaços de aprendizagem, de linguagem e de gestão, com a efetiva inserção de PCDs em cargos de decisão. Encerramos a aula com a certeza de que este módulo - realizado pela primeira vez em um curso sobre patrimônio cultural promovido pela AAPAH - foi profundamente necessário, e de que, como disse Lara Souto, **“incluir também é criar novas histórias”**. Que sigamos, coletivamente, construindo-as!



5. Acessibilidade em Espaços Culturais

O Museu do Futebol, resultado de uma parceria entre diversas entidades e especialistas, foi criado em 2005 e inaugurado em 2008 no Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu. Atualmente, a gestão do museu é feita por uma Organização Social de Cultura, sob a tutela da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (SCEIC). A missão do museu é preservar, pesquisar e comunicar a história do futebol brasileiro em suas dimensões históricas, sociais e culturais, para todos os públicos. Sua prática educativa busca promover a reflexão sobre o esporte como patrimônio cultural, além de ser um instrumento de convivência e diversidade, baseada na empatia e na inclusão.

Inovação em Acessibilidade e Inclusão

O museu é pioneiro em acessibilidade, tendo sido o primeiro a receber o Selo de Acessibilidade Arquitetônica da Prefeitura de São Paulo, que atesta o cumprimento pleno das normas técnicas. Além disso, a instituição é referência nacional com o Programa Deficiente Residente, criado em 2010.

O programa, que integra o Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol (PAMF), oferece uma residência pedagógica e remunerada para pessoas com deficiência. Nela, os residentes convivem com a equipe do museu para planejar e adaptar exposições, identificar barreiras (físicas, comunicacionais e sensoriais), criar materiais educativos inclusivos e conscientizar funcionários e visitantes sobre a importância da acessibilidade. Embora se discuta a atualização do seu nome, o programa rendeu ao museu o Prêmio Darcy Ribeiro (2012) e o Prêmio Ibermuseus (2013/2014), além de originar materiais acessíveis como cartilhas, vídeos e audioguias.

O Museu do Futebol se consolida como um ambiente de empatia e diálogo, inovador no uso de tecnologias interativas e multissensoriais para preservar seu acervo. Ele se destaca por dialogar ativamente com seus públicos e por oferecer uma ampla gama de recursos de acessibilidade física, comunicacional e sensorial, como elevadores, piso podotátil, cadeiras de rodas, audioguias, maquetes táteis e linguagem inclusiva.

Patrimônio e Conhecimento Acessível

Em 2013, o museu inaugurou o Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), considerado o coração de sua ação patrimonial. O CRFB é responsável por pesquisar e gerir o acervo físico e digital, incluindo uma biblioteca e midiateca especializadas, fortalecendo o papel do museu como instituição de memória e difusão de conhecimento acessível. O Museu do Futebol ainda oferece gratuidade e meia-entrada para diversos grupos, incluindo pessoas com deficiência e seus acompanhantes, com mais informações no site oficial. Todas essas ações evidenciam que a inclusão é tanto um compromisso ético quanto uma metodologia de trabalho, reforçando o papel do museu como espaço de cidadania e pertencimento.



Referências e indicações de leituras

ABNT NBR 9050 [errata 2021]. Disponível em: <<https://acessibilizar.com.br/books/abnt-nbr-90502020-versao-corrigida-2021/>>. Acesso em: 5 out. 2025.

ABNT. NBR 16537-2024. Disponível em: <<https://ampid.org.br/site2020/wp-content/uploads/2024/01/NBR-16537-2024.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2025.

ABNT. NBR 15999. Disponível em: <<https://www.abntcolecacao.com.br/mpf/norma.aspx?ID=1451>>. Acesso em: 5 out. 2025.

ALÉM DO SOM. Direção de Darius Marder. Estados Unidos: Amazon Studios, 2019. 1 vídeo (120 min), son., color. Título original: Sound of Metal.

ARRUDA, Silvia Gonçalves de. Acessibilidade em Exposições: uma análise da norma atualizada NBR 9050:2015. São Paulo: SISEM-SP, 2015. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/redederedes/artigos/media/pdfs/nucleo3_artigo5.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BARNES, C.; MERCER, G. Exploring Disability: A Sociological Introduction. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

BAZIN, G. O. Aleijadinho e a Escultura no Brasil. CREMESP.

BELLO, Luiz. Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Agência de Notícias do IBGE, 23 maio 2025. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Comitê de Ajudas Técnicas. Ata da Reunião VII do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 23 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>. Acesso em: 13 out. 2025.

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jennifer (Org.) *Acessibilidade em ambientes culturais*. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASALE, Desiree Helissa. *Tá todo mundo rindo?* Ilustrações de Paloma "Partes" Santos. São Paulo: Editora Question, 2023.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice de Barros. *Acessibilidade a Museus*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus, 2012. Cadernos Museológicos, vol. 2.

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando corpo e a sociedade*. Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro: ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI, 2020. 14 p.

CORREIA NETO, A. *A Doença do Aleijadinho*. São Paulo: Mestre Jou, 1965.

CHRISTIAN, Hérica. Senado define regras para uso do Símbolo Internacional de Acessibilidade. Rádio Senado, 29 abr. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/04/29/senado-define-regras-para-uso-do-simbolo-internacional-de-acessibilidade>. Acesso em: 1 out. 2025.

CRIP CAMP: *Revolução pela Inclusão*. Direção de Nicole Newnham e James LeBrecht. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1 vídeo (107 min), son., color.

ETERNOS. Direção de Chloé Zhao. Estados Unidos: Marvel Studios / Disney+, 2021. 1 vídeo (157 min), son., color. Título original: *Eternals*.

FADERS. *Checklist Selo de Acessibilidade*. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/20114420-checklist-selo-de-acessibilidade-pptx.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

FUJA. Direção de Aneesh Chaganty. Estados Unidos: Hulu / Netflix, 2020. 1 vídeo (90 min), son., color. Título original: *Run*.

GONÇALVES, Daniel (Dir.). *Assexybilidade*. Rio de Janeiro: Globo Filmes; GloboNews; Globoplay; TvZero; SeuFilme; RioFilme, 2024. 86 min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/assexybilidade/t/QWfCDXZg1N/>. Acesso em: 9 set. 2025.

GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o Aeroplano: O Paraíso Barroco e a Construção do Herói Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

IBERMUSEUS. *Deficiente residente: acessibilidade e inclusão no Museu do Futebol*. Disponível em: <https://www.bermuseos.org/pt/recursos/boas-praticas/deficiente-residente-acessibilidade-e-inclusao-no-museu-do-futebol/>. Acesso em: 7 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. 80 p.

IDBR. *Plano museológico do Museu do Futebol*. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/wp-content/uploads/2021/06/JUN-2021-Plano-Museologico-Museu-do-Futebol-FINAL.pdf>. Acesso em: 5 out. 2025.

LIMA, João Paulo de Oliveira. *Por uma escrita aleijada*. In: BARBALHO, Gadelha, E. (Org.). *Formação artística e políticas públicas: temas e abordagens contemporâneas*. Fortaleza: UECE, 2022. v. 1. p. 149-157.

LIMA, Ricardo; AMARANTE, Paulo (Coord.). *Nada sobre Nós sem Nós. Relatório final 16 a 18 de outubro de 2008 / Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência*. Rio de Janeiro, RJ: ENSP/Fiocruz, 2009.

MELLO, Anahi Guedes de; VON DER WEID, Olivia; GAVÉRIO, Marco Antônio. *Documento de orientação: deficiência e acessibilidade em museus*. São Paulo: SISEM-SP, 2023. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/deficiencia-e-acessibilidade-em-museus-sonhar-o-mundo-sisemsp.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MICHAELIS. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 7 out. 2025.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; DIAS, Francine de Souza; MELLO, Anahi Guedes de; YORK, Sara Wagner. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3949–3958, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n10/3949-3958/pt/>>. Acesso em: 20 set. 2025.

MUSEU DO AMANHÃ. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/>>. Acesso em: 5 out. 2025.

MUSEU DO FUTEBOL. Projeto Deficiente Residente. Disponível em: <<https://museudofutebol.org.br/acessibilidade/projeto-deficiente-residente/>>. Acesso em: 5 out. 2025.

MUSEU DO FUTEBOL. Deficiente residente: uma experiência atitudinal. Disponível em: <<https://crfb.museudofutebol.org/site/siteanexos/download/719099>>. Acesso em: 5 out. 2025.

MUSEU DO IPIRANGA. Museu do Ipiranga 130 anos – Artesãos da acessibilidade. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fOPkAltMLro>. Acesso em: 10 out. 2025.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York, 2006.

OLIVER, M. *The Politics of Disablement*. London: Macmillan, 1990.

OLIVEIRA, Edu. Carta aos bípedes. 2020. Disponível em: <<https://www.frrrkguys.com.br/edu-o-publica-carta-aos-bipedes/>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Genebra: OMS, 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Selo de Acessibilidade Arquitetônica. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/pessoa_com_deficiencia/w/selo_de_acessibilidade_arquitetonica/259779. Acesso em: 10 out. 2025.

_____. Selo de Acessibilidade Digital. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/pessoa_com_deficiencia/selo_de_acessibilidade_digital. Acesso em: 10 out. 2025.

RUBINO, Cláudio. Prólogo para as indústrias criativas aleijadas. In: TOSIM, Alessandro; MELLO, Anahí Guedes de; GOSLING, Bruna; et al. *Acessibilidade e esporte: conceitos e práticas para uma educação anticapacitista*. São Paulo: IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, 2023. p. 48.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão*. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

SARRAF, Viviane P.; GABRILLI, Mara et al. *Guia de acessibilidade cultural da cidade de São Paulo*. v.2. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2014.

SARRAF, Viviane P. *Acessibilidade em Espaços Culturais: mediação e comunicação sensorial*. São Paulo: Educ; Fapesp, 2015.

SECULT-CE. Guia de Acessibilidade Cultural – PNABCE. Fortaleza, CE: 2025. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2025/01/Guia-2-Acessibilidade-Cultural-PNABCE.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2025.

SESC-SP. *Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais: Desafios e Inspirações*. São Paulo: Sesc São Paulo, 2020. Disponível em:

<<https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/338/1593182157368300471.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2025.

SHAKESPEARE, Tom. *Disability Rights and Wrongs Revisited*. London: Routledge, 2014.

SPECIAL. Criação de Ryan O'Connell. Estados Unidos: Netflix, 2019–2021. Série de TV, son., color. 2 temporadas.

TEMAS DE MUSEOLOGIA (Coleção). *Museus e Acessibilidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

ZANON, Ernesto. Guarulhos tem índice de pessoas com deficiência abaixo da média no Brasil, aponta IBGE; veja dados. *GuarulhosWeb*, 23 maio 2025. Disponível em: <<https://guarulhosweb.com.br/guarulhos-tem-indice-de-pessoas-com-deficiencia-abaixo-da-media-no-brasil-aponta-ibge-veja-dados/>>. Acesso em: 5 set. 2025.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO, 2002.

